



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**Ata da reunião extraordinária dos Conselhos
Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos
Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV**

Aos três dias do mês de Julho de dois mil e dezessete, às dezessete horas e quarenta e nove minutos, na sede da Pauliprev, reuniram-se os Conselhos Administrativo e Fiscal, Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretora Administrativa e Diretora da Previdência, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos. Vale destacar as ausências justificadas de José Carlos Proença e Ligian Kalvon.

Pauta do dia: Discussão sobre a efetivação da primeira ação civil pública de produção antecipada de provas através da Promotoria de Paulínia e definição quanto a participação da Pauliprev no IV Congresso Brasileiro de Medicina do Trabalho e Perícias Médicas.

Primeiro item da ordem do dia: O Diretor Presidente iniciou retomando a reunião realizada junto a Promotoria onde o consultor financeiro da Pauliprev, Ronaldo teria participado, apresentando o quadro de investimentos do Instituto além de entregar novas documentações pertinentes, propiciando a compreensão da mesma que a forma para conseguir apontar irregularidades não seria somente na prática do ato interno da Pauliprev, mas também na questão da precificação das cotas, distribuindo a seguir à todos presentes a cópia do documento (Ação civil pública de produção antecipada de provas) efetivada pela Promotoria e encaminhada ao

Walcia

Foto

Juiz de Paulinia. Segundo o Diretor Presidente , como todos estes investimentos não seguiram os critérios da forma como recomendado pela Promotora em Janeiro do corrente ano, ela está buscando que o Instituto se adeque a este posicionamento, o que vem acontecendo portanto desde a mesma data. A seguir completou que esta ação é um pouco diferente, visto que envolve um investimento do ano de 2012. Destacou neste momento a denúncia realizada pela Iria do "Porcão", portanto ao ser ver que a mesma encontra-se relacionada de maneira indevida neste documento, expondo a seguir que a Promotora através do sobrepreço denunciará direto à Procuradoria da Republica para a prática do crime e improbidade administrativa. Citou ainda que na próxima quinta feira (6 de Julho) comparecerá na Promotoria, conforme solicitação da Dra Verônica, mas além disso o mesmo deverá apresentar elementos (conforme assessoria do consultor financeiro) para que possa apresentar à mesma dentro exatamente desta estipulação de valores, quem pertence a sociedade com relação a qual investimentos, entre outros. Assim, expos que essa ação será a primeira de uma série , considerando os demais fundos. A seguir solicitou que o Diretor Financeiro citasse quantos eram os fundos problemáticos. Luciano assim citou que o Instituto conta com aproximadamente de 20 a 25% de fundos nesta situação , diferente do apresentado na exposição do consultor considerando que em algumas carteiras há títulos bons, acrescentando que o comitê de investimentos receberá a visita de todos para poder traçar um perfil e assim oferecer devolutivas aos Conselhos. Fabio completou então citando que vários fundos contam com mesmos papéis , virando efeito "dominó". A seguir Iria apresentou recorte de jornal apontando a foto de um dos maiores ladrões de Institutos de Previdência, citando a seguir todos os recursos que buscou visando realizar denúncias. Iria a seguir

J. Wang
Manie

Jo
V. S

FAV
[Signature]

Manie *[Signature]* *[Signature]*

expos que a Promotora possui todos os documentos necessários, não tendo necessário de procurar dados. Neste sentido o Diretor Presidente interrompeu citando que a Promotora teria documentos relacionados aos personagens porém o que ela precisava caracterizar era o sobrepreço, visto que a forma irregular como foi realizada na Pauliprev. A seguir expos que em Paulinia foi aberta uma ação publica de produção antecipada de provas, pois cada um dos elencados no documento, incluindo o Instituto vai ter oportunidade de se manifestar a respeito do assunto. Diante disso a Pauliprev mostrará o que de fato aconteceu (relatório de 100 dias) - informações estas que serão lançadas na resposta da Pauliprev, sendo suficiente para caracterizar improbidade administrativa. No entanto a Promotora não está somente preocupada com a improbidade administrativa, mas também com o sobrepreço, ou seja, super faturamento de forma invertida. Luciano então citou que o Instituto com isso vem perdendo duas vezes, uma ao comprar mais caro e outra ao contar com fundos de longo prazo que viram problemático com o passar do tempo. Iria então apresentou cópias de protocolados das denúncias realizadas pela mesma. Citou de uma denuncia onde envolvia um antigo Diretor e Paulo Costa, este ultimo participante do esquema da Lava Jato. O Diretor Presidente retomou a palavra e citou que com bases nestas informações a Promotora conseguirá reunir elementos. A seguir citou que todos que estão nominado na ação, ressaltando que a Iria e Idu não encontravam-se, o que fez Iria citar que estaria entrando com questionamento, visto citação de seu nome, das várias ligações recebidas questionando-a sobre este fato, sem considerar todas as denúncias realizadas pela mesma, o que fez o Diretor Presidente citar que esta deveria aguardar. Iria a seguir questionou o Diretor Presidente como teria "vazado" a divulgação deste documento nas redes sociais, apesar que tem ciência que o documento é

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

público, antes mesmo do documento ser discutido no Conselho, insinuando ainda pelo divulgador que a mesma teria realizado a denuncia em "papel de pão", denúncias estas segundo a mesma muito bem fundamentadas. O Diretor Presidente então explicou que o documento era público, não tendo condições assim de ser "segurado", citou ainda que na resposta da Pauliprev a Iria não será relacionada, ao contrário irá apontar que realizou a denúncia, acrescentando a seguir que quem teria preparado esta peça inicial (ação) teria sido sua auxiliar, Angélica, que certamente não contava com esses elementos, auxiliar que encontra-se somente a 6 meses neste local. Iria então citou que se ela fez a denuncia no ano de 2012, que protocolou o documento, uma vez que a ação não "caminhava", virando inquérito na Polícia Civil, passando a contar assim com dois inquéritos. Citou ainda que teria ficado muito brava, que com isso protocolou na Câmara cassação do Prefeito José Pavan Jr, contando a seguir com o contato telefônico de Sandro Caprino orientando-a a tirar a solicitação pois nada aconteceria, o que fez a mesma retirá-lo. O Diretor Presidente a seguir citou que a Pauliprev irá confessar essa ação, uma vez que entrou como requerida, visto que os valores saíram do Instituto, mesmo que os atos foram praticados pelos gestores. A seguir mais uma vez orientou Iria a não questionar a Promotora neste momento, porém acrescentando que se a mesma optar em fazê-lo para se sentir mais a vontade, que o fizesse. Iria então expos que estava muito desacreditada da Justiça, quando da realização das denúncias; que solicitou que ocorresse auditoria, lembrando ainda que se a Justiça tivesse tomado uma atitude ainda quando do caso "Porcão", o Instituto não teria contado com este prejuízo. O Diretor Presidente então pediu a palavra para explicar uma questão que segundo o mesmo a maioria das pessoas fazem. O mesmo então citou que Iria teria realizado uma

J. Muro
Marcia

J

art

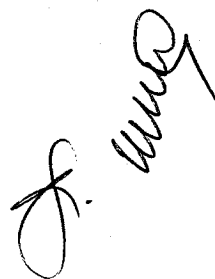
Fabo

J

Maria m

[Handwritten signature]

representação ao Ministério Público e não perante a Justiça . Com isso a informação que a Promotora tinha disponível não era suficiente para ela entrar com a ação, porém diante da conversa da mesma com o consultor financeiro , ela passou a ter elementos para efetivar a ação, pois ela precisava demonstrar isso , tinha noção , mas não demonstração de como chegar. Com isso ela está pedindo na ação uma pericia judicial,o que muda de figura. Diante disso, quem irá se requerido deverá pagar; a medida que a Pauliprev confessar que ocorreu a prática de ato equivocado, ela deverá litigar neste processo ao lado do Ministério Público, não como requerida. Assim todos que estão relacionados eles que tenderão a pagar a pericia a ser realizada, citando que a Promotora teria buscado através de um Centro de Apoio Executivo do Ministério Publico para efetivação da pericia, porém não estava conseguindo. Acredita que foi chamado na próxima semana para dar continuidade . Eliete então questionou se a mesma Promotora realizará as oitivas dos elencados. O Diretor Presidente então explicou que a Justiça será responsável neste momento pela ação, ficando responsável pela mesma a Dra Marta. Iria então se posicionou que seria a primeira vez que o Conselho estaria tendo oportunidade de debater sobre este assunto. Citou a seguir o post que colocou em seu blog ; que a denúncia encontrava-se no Ministério Público, na Polícita Federal,Ministério de Previdência, que este ultimo na época até se manifestou porém não teve acesso; que foi à Brasília na sala de cada Ministro - apresentou os documentos então aos presentes das copias de suas denúncias. Valmir então citou á Iria que se ocorreu manifestação esta poderia ter devolutiva através do site do Justiça, tendo a complementação do Diretor Presidente que não seria tão fácil obter tais retornos, visto que alguns podem estar bloqueados até porque alguns são segredo de Justiça. Assim, o Diretor Presidente citou que estaria retornando



Marta





✓
Fabio

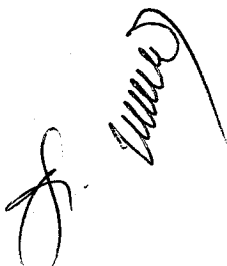




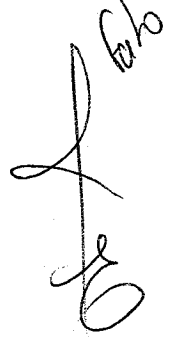
Marta m



na próxima quinta feira e esclareceu que de ante mão conversará com a Promotora a respeito das denúncias, não entendendo porque Iria foi citada na ação , visto Iria tomou ciência e realizou representação, portanto esta era a conduta. Iria então tomou a palavra e lembrou que esta teria colocado a Tv na porta da Pauliprev, que Jetter esposo da Diretora Vanda , era Presidente do Conselho Administrativo teria sido a favor dessas pessoas, que teria sido contra a primeira contratação da Plena , porém na segunda teria sido a favor uma vez que os mesmos teriam lhe fornecido as provas para suas denúncias, mais uma vez apresentando os dossiês pertencentes as suas denúncias. O Diretor Presidente então a questionou se tais documentos não estaria a disposição da Dra Verônica, solicitando então que a mesma a autorizasse a realização de cópias, uma vez que faria a resposta da Pauliprev tendo por base tais documentos, ressaltando então que os referidos terão que se defender diante das documentações existentes. Sandra então questionou como ficaria a situação de outros elencados (Márcio e Idu), uma vez que a Iria está munida de provas que teria tomado ações naquela época. O Diretor Presidente citou que teria colocado esta ação no grupo do whatsapp justamente para que todos tivessem ciência , porém os mesmos não compareceram. Sandra então expos que compreendia a angustia de Iria, que no seu lugar teria a mesma reação. O Diretor Presidente citou a seguir que no dia 6 de Julho ocorrerá uma reunião do comitê de investimentos , na qual o Idu participa e portanto caso o mesmo encontre com o servidor fará o questionamento sobre o posicionamento do mesmo diante desta ação. Em relação ao outro citado, o Diretor Presidente citou não conhece-lo, sendo alertado por Valmir a necessidade de acioná-lo visto seu direito a defesa, sendo complementado pelo Diretor Presidente que certamente o Instituto possui algum registro de algum

Manam  


Manam

contato do mesmo. A seguir o referido Diretor citou que além de buscar a recuperação do patrimônio através do ressarcimento das pessoas citadas na ação, ou seja, é a forma de recuperar ativo, será incluído ainda multas pertinentes, suspensão de direitos políticos, perdas de função pública além de ação penal, visto crime financeiro. Sandra a seguir realizou questionamento sobre a questão de uma das citadas (Magali) manter-se até o momento na Pauliprev, podendo até não ter ilegalidade porém avalia como imoralidade, citando que teria sido muito questionada por servidores diante deste aspecto, diante da divulgação infeliz de Andre Rolim na rede social sobre a ação realização, como se fosse prova substancial como se o Prefeito Dixon fosse o melhor Prefeito do mundo. O Diretor Presidente citou que teria conversado com a mesma, que esta teria sido na época nomeada para a função de Diretora da Previdência um mês antes, lembrando então a atribuições desta função, sendo envolvida assim por fazer parte da Diretoria. Nivia então realizou a leitura de parte da ação onde citou que Magali participou de reunião do Conselho de Administração e defendeu a aplicação de investimentos. A seguir discutiu-se entre os presentes o que teria apontado à Promotora a participação da mesma, sendo lembrado por Valmir uma possível ata. Eliete então perguntou se Magali não participaria do comitê de investimentos, sendo alertada por Fábio que nessa época o mesmo não existia. O Diretor Presidente então enfatizou que anteriormente não havia todos os critérios hoje existentes, relembrando uma ação relacionada aos investimentos já efetivada que obteve sucesso nesta gestão. A seguir citou que haveria um novo texto para Política de Investimentos, que será submetido ao Conselho. Eliete então retomou o assunto anteriormente em discussão, sobre a servidora Magali, citando que por não existir comitê e portanto salientando a responsabilidade da Diretoria, tendo a fala então co Diretor

Manoel *[Signature]* *[Signature]*

[Signature]
Nuvia

[Signature]

[Signature]
Fábio

[Signature]

Presidente da necessidade de levar em consideração a competência de cada qual. Sandra então citou que a questão não é julga-la, visto caber ampla defesas de todos, porém não "estava pegando bem", de uma servidora que está atuando na Pauliprev em uma função tão importante, estar sendo citada nesta ação. O Diretor Presidente então pediu a palavra e relatou episódio envolvendo o mesmo, onde também teria contado com problema similar a servidora Magali, não tendo porém nenhuma responsabilidade. Assim, acrescentou que não se deve definir que uma pessoa não deve ser mantida seria uma antecipação, que não se sentia a vontade de devolve-la a Prefeitura, ao menos que esta queira. Eliete então questionou como Magali se posicionou, tendo a devolutiva que está revoltada como Iria, visto que possuía apenas um mês de atividades na Pauliprev e portanto na função que desenvolvia não possuía nenhuma vinculação com investimentos. Citou ainda a seguir que como fará a defesa da Iria no processo também colocará este esclarecimento sobre a Magali nesta ação, não no sentido de defesa da mesma, mas sim a obrigatoriedade de colocar a produção antecipada de provas, portanto a necessidade de informar sobre vários aspectos. Sandra então pediu a palavra e expos que não seria nada pessoal tal questão, reiterando que não seria ilegal porém imoral, sugerindo ao Diretor Presidente que não avaliasse o mesmo por ninguém, visto que o mesmo possui uma conduta, não significando assim que todos terão a mesma conduta, complementando que hoje a mesma não coloca sua "mão no fogo" nem por seu filho, a qual lhe ensinou, que o criou. Eliete lembrou conforme foi citado que esta constitui-se a primeira ação somente, no entanto haverá mais cinco outras ações, tendo a função da servidora Magali alterada para outras áreas. O Diretor Presidente então citou que nos demais fundos Magali já contava com a função de Diretora Administrativa Financeira, portanto este estará dando oportunidade

[Handwritten signature]
Mauricio

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

para defesa da mesma neste primeiro, sendo lembrado pela Eliete que será certamente necessário a tomada de outra decisão nestes casos. O Diretor Presidente ainda lembrou que o Instituto hoje conta com apenas 3 certificados CPA10 (Fabio, Idu e Magali) ,sendo que todas as aplicações e resgates atualmente na Caixa Econômica e Banco do Brasil é através da certificação da mesma, portanto o mesmo vem lhe dando este prazo até para que a Pauliprev conte com outros capacitados e assim substituí-la, portanto uma estratégia do ponto de vista administrativo, não portanto pelo motivo da ação da Promotoria. Valmir citou a palavra e lembrou que citação não é condenação. Iria então expos que não conta com nenhum problema com Magali acrescentando ainda que o Conselho não poderia puni-la pois este, que não é função do grupo, sendo então interrompida por Sandra que lembrou que esta não foi a questão em pauta, que ninguém teria citado de ser punida, que a mesma não ficaria desempregada, que esta possui cargo de carreira na Prefeitura. Iria retomou a palavra e lembrou que na transição esta estava na Pauliprev e acompanhou que Magali após ter explicado ao Prefeito Dixon os tramites internos , que teria dito ao Prefeito que ele poderia então dispensá-la, tendo a resposta do mesmo que esta se manteria no Instituto até segunda ordem do mesmo. O Diretor Presidente então lembrou aos presentes que somente uma pessoa teria saído do Instituto desde o inicio de sua gestão, uma vez que a referida pessoa teria realizado "coisas erradas", todos portanto se mantiveram e ao contrário trouxe novos funcionários, e se fizer uma enquete com os funcionários estes não querem sair, encontram-se felizes e se empenhando, inclusive a Magali. Citou que certamente Magali tem ciência do que fez em relação aos demais 5 casos, lembrando que no relatório de 100 dias, foi citado estes, salientando a seguir que por hora a permanência da Magali é possível e interessante . Ainda

[Handwritten signature]

Mauro

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Mauro *[Handwritten signature]*

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

solicitou aos presentes que caso soubessem de outras pessoas que tenham certificação e conheçam a atividade , que o comunique, lembrando da necessidade de conhecer a rotina da área contábil. Sandra então citou da necessidade de Magali ensinar mais alguma pessoa até porque ninguém é eterno, tendo a informação do Diretor Presidente que a mesma já vem assim fazendo, sendo complementando pela Sandra da importância da elaboração do Manual de Procedimentos já solicitado, motivo também de perpetuação de quem não deve permanecer no Instituto. Eliete então pediu a palavra e citou que o material apresentado como Manual de Procedimentos na verdade não corresponde ao mesmo, sendo que a mesma ficou de encaminhar à Diretoria Administrativa alguns modelos, materiais para contribuir na sua elaboração . A seguir o Diretor Presidente ficou a disposição para que os conselheiros fizessem colocações cabíveis. Iria então expos sua indignação por não contar no momento de suas denúncias com o apoio dos servidores, mesmo porque correspondia ao futuro dos mesmos, sendo que na época que mais precisou o Sindicato "virou as costas ao servidor". Segundo o Diretor Presidente, o servidor anteriormente não tinha conhecimento do que acontecia, o próprio servidor tinha cautela com relação ao Pauliprev , relatando então a Diretora Administrativa o episódio ocorrido durante a participação no Congresso no mês de Junho, através da fala de um participante, onde demonstra claramente a visão que se há do Instituto , o que fez a Sandra citar da necessidade de limpar essa imagem da Pauliprev. O Diretor Presidente então completou que isso ocorrerá aos poucos, que o servidor anteriormente não vinha para Pauliprev, não participava, que começou a vir com a mudança da sistemática, uma vez que atualmente sabem o que acontece, lembrando que as reuniões são filmadas e com isso o servidor tem acesso do que realmente se

J. Maria

Jo
✓
Jo

J
J

J *SS*

efetiva. Iria então lembrou o questionamento que fez ao Diretor Presidente quando do início de sua gestão , ou seja, se o mesmo iria realizar um trabalho transparente, tendo a resposta positiva, questionando -o então a seguir caso o Prefeito ordenasse algo diferente, tendo a resposta então que este solicitaria sua exoneração. Iria então enfatizou que a ordem era para que se aplicasse no Porcão o valor de R\$ 268.000.000, 00, porém se aplicou o valor de R\$ 40.000.000,00, diante de sua denúncia neste caso.

Segundo item da ordem do dia: O Diretor Presidente expos que um dos médicos do trabalho apresentou ao mesmo o desejo de participar no mês de Outubro do corrente ano de um Congresso médico envolvendo questões relacionadas a medicina do trabalho e pericias médicas (conforme de ciência dos , visto colocação no grupo do whatsapp do folder do evento - 26 a 28 de Outubro).O Diretor Presidente a seguir enfatizou a importância que dá a questão da capacitação de funcionários em suas área especifica de trabalho, o que produzirá reflexos produtivos em sua atividade profissional. Com isso acha importante a participação dois médicos do Instituto (será realiado em São Paulo), do Paulo que atua na área de enfermagem do trabalho, e que gostaria inclusive que a Diretoria Previdenciária também participasse, visto que envolve sua área de atuação, e que ao mesmo também gostaria de participar considerando ser em São Paulo (mais próximo), acrescentando ainda que algum conselheiro também participasse. Eliete então questionou o custo do curso, tendo a devolutiva do mesmo que corresponderia a R\$ 770,00, podendo ter valor diferenciado segundo a Diretoria Previdenciária considerando o número de pessoas. Assim, o Diretor Presidente apresentou a importância da participação dos novos médicos do Instituto, o que fez Eliete questionar sua avaliação perante os mesmos. Segundo o

J. Maria

Je

V. Fabo




[Handwritten signature]

Maria ma

[Handwritten initials]

Diretor Presidente, este encontra-se bastante satisfeito, que o Instituto conta com 180 servidores afastados. O Diretor Presidente a seguir citou da importância dos participantes do Congresso em Maceió realizassem um retrospecto do evento, relatando inclusive que este grupo deverá apresentar também um relatório do Congresso à ABIPEM, sendo sugerido a seguir pelo Presidente do Conselho que se apresente na reunião do Conselho tal resumo. Considerando que o Congresso Medico será realizado em São Paulo, optou-se em não se alojar nesta cidade, mesmo contanto com período integral, sendo lembrado pela Eliete a existência de uma Van na Secretaria de Educação que poderia ser cedida (iriam 6 pessoas) para transporte dos participantes. A seguir o Diretor Presidente realizou a leitura do Programa. Em relação ao conselheiro a participar, ficou definido a participação da conselheira Sandra. Posteriormente, Adriana pediu a palavra e citou que teria tido contato com o consultor de investimentos do Instituto no Congresso, salientando a ótima palestra proferido pelo mesmo, tendo solicitado o mesmo, que os conselheiros definissem a data para que o mesmo realizasse o curso para capacitação do CPA10, considerando a necessidade de 4 dias, período integral, podendo ser em 3 dias caso consiga que seja bem produtivo. Quanto ao local, pensou-se em efetivar o curso na própria sede do Instituto, ficando estabelecido como opções de data para o o Ronaldo definir, a primeira ou ultima semana do mês de Agosto, apesar da ausência da conselheira Nivia diante de seu trabalho no Rh, ficando a Diretora Administrativa de realizar o contato com o consultor. O Diretor Financeiro a seguir pediu a palavra e citou que administradoras e gestores geralmente patrocinam este tipo de curso, uma vez que acreditava pelo valor pago atualmente ao Ronaldo este não estaria realizando este curso gratuitamente. Assim, Luciano ficou de contatar e verificar que fundo poderia patrocinar

f. Maria
Maria
Jo
Vir
Fab
Jo

Maria m   

este curso aos conselheiros. Sandra então questionou o Diretor Presidente se conseguiria liberação do trabalho, tendo a devolutiva positiva.

Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião as dezenove horas e dois minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.

FERNANDO JOSÉ ROVERI

Presidente Cons. Administrativo

ELIETE MARIA DA SILVA

Secretária Cons. Administrativo

GUILHERME HOFF

Conselho Administrativo

LIGIAN REGINA KALVON

Conselho Fiscal

JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA

Conselho Administrativo

FÁBIO CECCONELO

Conselho Fiscal

REGINALDO APARECIDO NAVES

Conselho Administrativo

MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA

Conselho Fiscal

VALMIR BRUSTOLIN

MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS



Conselho Administrativo

Conselho Fiscal

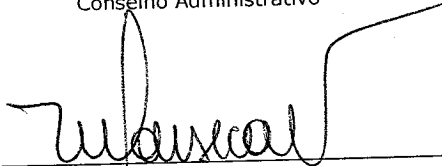


SANDRA ARIADNE CASASSA

Conselho Administrativo

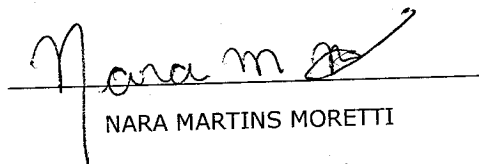
ADILSON DE ALMEIDA LIMA

Conselho Fiscal



NIVIA CARLA DA FONSECA

Conselho Administrativo



NARA MARTINS MORETTI

Conselho Administrativo